

1 Ata da reunião ordinária nº 1503 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina -
4 UEL, realizada no dia 18 de maio de
5 2022.

6 No dia dezoito de maio, do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze
7 horas e trinta minutos, na sala virtual, **Link: meet.google.com/rig-ixyo-kzv**, em função do isolamento social, decorrente da pandemia de
8 coronavírus, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração,
9 sob a presidência do Reitor, prof. Sérgio Carlos de Carvalho, com a
10 presença do Vice-Reitor, prof. Décio Sabbatini Barbosa e com a
11 presença dos seguintes conselheiros: Viviane Bagio Furtoso, Paulo
12 Meletti, Silvano Cesar da Costa, Tânia Lobo Muniz, Rogério Zanetti
13 Gomes, José Roberto Pinto de Souza, Aron Lopes Petrucci, Sarah
14 Nancy Deggau H. de Souza, Leandro Ricardo Altimeri, Davi Miranda,
15 Adriana Feliciano, Paulo Liboni, Maria Elisa Cestari, Azenil Staviski, Ely
16 Ferreira, Mário Sergio Mantovani, Amauri Alcindo Alfieri. Convidados:
17 Izângela Sansoni Tonello Oliveira, Alberto Durán Gonzáles, Edmarlon
18 Giroto, Cintia Lara, Débora Maiara, Maria Helena Bueno, Gilson Jacob
19 e Lisiane Freitas de Freitas. Ausências justificadas: Vivian Feijó, Helion
20 Lino Junior. **I ORDEM DO DIA – ORDEM DO DIA. ORDEM DO DIA -**
21 **Item 1 - Discussão e votação da Ata 1502, de 04 de maio de 2022.**
22 Prof. Paulo Meletti - ausência justificada pela presença na abertura do
23 XX Congresso Paranaense de Ciências Biomédicas, representando o
24 CCB e a reitoria. O nome da Profa. Ana Cláudia Swarça está grafado
25 em minúscula (ana). Aprovada com 1 abstenção e correções
26 destacadas por Paulo Meletti. **Item 2 - Processo 21044/2016 – ARI -**
27 **deliberar acerca da renovação do Protocolo de Intenções e do**
28 **Acordo Específico de Intercâmbio acadêmico de estudantes de**
29 **graduação e pós-graduação, entre a UEL e a Universidad de La**
30 **Costa (Colômbia). (Relator: Prof. Dr. Fábio Pitta).** Processo retirado
31 de pauta, em razão de licença do Assessor. **Item 3 - Processo**
32 **20993/2019 - CASA DE CULTURA / PROPLAN - deliberar acerca da**
33 **minuta de Resolução que estabelece normas, procedimentos e os**
34 **valores dos preços públicos a serem cobrados pela utilização das**
35 **dependências e equipamentos do Cine Teatro Ouro Verde**
36 **(Relatores: Prof. Dr. Mário Sérgio Mantovani e Maria Helena Bueno).**
37 O processo iniciou-se em 2019, em razão de várias situações que os
38 impulsionaram a atualizar as resoluções do Ouro Verde, a começar pela
39 unificação. Há em vigência duas resoluções, uma que trata dos critérios
40 e apoio e a outra que trata dos preços públicos e havia confusão na
41 hora de interpretar quando se tinha que fazer conjugação de cláusulas
42

1 de ambas as resoluções. Em 2020, quando tivemos que desocupar o
2 Shopping Com-Tour também foram criados dois fatos novos, primeiro
3 o retorno da orquestra que ensaiava no Com-Tour para o Ouro Verde
4 e agora também decidimos, por falta de outras opções, o
5 funcionamento do cinema, então, essa minuta trata disso. Temos
6 também um problema de falta de gerência, mas a PJU deu o parecer e
7 pode permanecer as atribuições, porque temos um servidor que junto
8 com a direção assume essas atribuições. Os destaques de mudança
9 foram sendo incorporados na resolução, sendo eles, vários tipos de
10 pedidos que por não constarem nas resoluções tratamos como casos
11 omissos. Tivemos vários pedidos de gravações, por conta deste
12 período de pandemia e não era previsto, então enquadramos em
13 omissos e cobramos como montagem e agora estamos incorporando
14 isso na resolução. Tivemos pedido de apoio que não tínhamos para
15 produção cultural, o apoio para dispensar a taxa da bilheteria, tínhamos
16 um apoio que dispensava a garantia mínima. Com relação ao preço
17 público, passou pelo Conselho Deliberativo da Casa de Cultura e
18 fizemos uma atualização pelo índice que está na Resolução, destaca
19 que não é obrigatório e sim, para referência. Equalizamos o valor
20 reajustado com o que compreendemos que é possível o pagamento
21 pelos produtores culturais e, no caso de evento fechado, para manter a
22 competitividade com os outros teatros de Londrina, Mãe de Deus e o
23 Marista. A minuta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Casa de
24 Cultura e a PJU fez um trabalho muito além do que o parecer, a Dra.
25 Ariella Besing adaptou a minuta na Técnica Legislativa e ficou ótimo,
26 do ponto de vista da compreensão, em algumas sugestões fizemos
27 contraponto porque alterava o sentido do que queríamos expressar,
28 retornou para a jurídica e está em condições de vir para este Conselho
29 de Administração. Há duas propostas de valores, o da PROPLAN, na
30 fl. 73, em que é aplicado o índice, e o da Casa de Cultura, que está
31 junto com a minuta Anexo II, III e IV. A diferença é bem pequena entre
32 o valor da PROPLAN, com exceção da taxa do piano, ela era bem maior
33 por conta de que estava no período da garantia, agora não está mais e
34 a afinação pode ser feita por um profissional da Cidade ou de outro que
35 vem de Curitiba, e assim o preço ficou mais acessível, mantemos em
36 R\$ 1.500,00, o cessionário pode fazer a opção de pagar essa taxa, ou
37 pagar a afinação diretamente para o profissional, sendo o afinador
38 indicado pelo Teatro. Prof. Sergio Carvalho - temos que avaliar e
39 aprovar o documento e as taxas. Tem duas propostas, uma da Casa de
40 Cultura e a outra da PROPLAN? Maria Helena - sim. Profa. Sarah
41 Hegeto - vemos com bons olhos o Cine Ouro Verde, estamos
42 precisando de fontes de recursos, e vendo isso parece ser uma boa

1 alternativa, quanto aos valores, não tem muita ideia do mercado, mas
2 acha que está satisfatório. Aproveita a oportunidade parabenizar à
3 equipe do Ouro Verde, especialmente o servidor que a atendeu, pediu
4 uma data para este ano para uma comemoração do CCS e foi
5 informada que praticamente não há vagas para este ano,
6 primeiramente ficou feliz com isso, porque pensou que estava com
7 muitas reservas, mas na verdade ele explicou que há vários dias que
8 não pode fazer a reserva, em razão de falta de pessoal para dar o
9 suporte, fazer a limpeza nem o apoio técnico. Não está criticando e sim
10 apoiando para que possamos melhorar a estrutura do Ouro Verde,
11 porque dá um dó termos uma estrutura desta, com captação de
12 recursos e ficarmos limitados nas reservas. Maria Helena - aproveita a
13 fala da profa. Sarah e agradece a colocação, a situação do Ouro Verde
14 é crítica, na reinauguração era para ter cinco técnicos e reinauguramos
15 com três, dois se aposentaram e hoje estamos apenas com um único
16 técnico, então até mesmo para atender um evento é complicado. Na
17 última sexta-feira tivemos um evento da Enfermagem e tivemos que
18 contratar um técnico e pagamos pela FAUEL. Para um evento
19 acontecer no teatro precisamos de uma equipe de 3 técnicos, no
20 mínimo, um para mesa de iluminação, outro no som e um no palco. No
21 concerto da Orquestra, tivemos um problema e fizemos um mutirão
22 para atrasar somente 15 minutos, um técnico subiu, um outro que não
23 era técnico ficou na mesa e fizemos um mutirão no palco, infelizmente
24 é isso, temos uma potência que é limitada por falta de pessoal, então,
25 a decisão da comissão de pauta de fazer o cinema de segunda, terça
26 e quarta, inclusive é porque o técnico que é do teatro pode ficar quinta,
27 sexta, sábado, domingo e nas manhãs que ele vai para atender a
28 orquestra. Acha bom que isso seja colocado no C.A. Ano passado
29 tivemos um acidente de trabalho, em trinta anos de Casa de Cultura,
30 nunca tinha acontecido. Foi uma queda de um técnico, que estava
31 exausto. É uma situação bem complicada. Espera que você consiga
32 essa data, a comissão de pauta vai se reunir e temos nos esforçado
33 para atender às solicitações da UEL. Prof. Sérgio Carvalho -
34 precisamos definir qual a taxa. Maria Helena, você recomenda qual
35 taxa? Maria Helena - a recomendação do Conselho Deliberativo da
36 Casa de Cultura e da Comissão de Pauta é que pratiquemos os valores
37 que estão nos anexos II, III e IV. No anexo II, foram colocados os
38 valores que achamos viáveis e o que a PROPLAN coloca está disposto
39 na fl. 73. Prof. Mario Sérgio Mantovani - a Casa de Cultura usou o
40 balizamento da PROPLAN e fizeram a proposta mais adequada. Prof.
41 Sérgio Carvalho – então, coloço em regime de votação, a proposta da
42 taxa da Casa de Cultura. Aprovado por unanimidade. Professor Sérgio

1 Carvalho - nos próximos meses vão ter que discutir como é que serão
2 distribuídas as vagas que serão abertas, à medida que os técnicos da
3 universidade forem aposentados e as Pró-reitorias e Centros de
4 Estudos com os Laboratórios de Ensino e algum Laboratório de
5 Pesquisa, eles têm 716 vagas, algumas em abertos e algumas
6 ocupadas, fora estas 716, temos que abrigar as vagas da Casa de
7 Cultura, que são mais de 100, mais as vagas do SEBEC, que também
8 são próximo de 100, mais as vagas da Biblioteca. Essas 716 vagas que
9 nós temos, vamos receber 724 e daria conta das 716 de técnicos.
10 Vamos ter que dar um jeito de dividir e enquadrar a Casa de Cultura, e
11 o SEBEC, dentro deste processo. A diferença é que muitas das vagas
12 do SEBEC estão extintas ao vagar. É um esforço que vai ter que ser
13 feito, fora os Órgãos Suplementares que são um esforço à parte. **Item**
14 **4 - Processo 4511/2020 - CASA DE CULTURA - deliberar acerca do**
15 **Relatório final do Festival Internacional de Londrina - FILO - edição**
16 **2019** (Relatora: Maria Helena Bueno). Maria Helena - este processo é
17 um pouco mais complexo, na edição do FILO de 2019, houve um
18 problema em uma certidão, então contratou uma produtora para
19 apresentar o projeto do FILO daquele ano para o Ministério da Cultura,
20 a fim de poder usar o incentivo fiscal, então, naquele ano, a realização
21 do FILO foi feita pela empresa Palipalan Arte e Cultura. Consultamos a
22 Procuradoria Jurídica sobre a possibilidade de ter um convênio ds UEL
23 com uma empresa privada com fins lucrativos, o parecer foi favorável,
24 só que o instrumento jurídico de convênio foi complexo porque numa
25 relação com uma empresa teria que ficar bem definido que não pode
26 haver nenhum tipo de transferência de recursos, ou seja, naquele ano,
27 a UEL não fez o investimento direto, não teve um apoio como
28 normalmente era e os recursos privados de bilheteria e de patrocínio
29 direto que não iriam à prestação de contas com o incentivo fiscal, teriam
30 que prestar conta e só utilizar esse dinheiro em uma conta específica,
31 por transferência. Foi formalizado um convênio com todas essas
32 questões, quando apresentaram o relatório, várias destas questões
33 acordadas no termo de convênio não tinham sido cumpridas. É
34 importante ressaltar que o objeto do contrato foi cumprido, o FILO foi
35 realizado, essa parte do relatório está correta, fizemos algumas
36 correções de avaliação, não aceitaram as indicações dos grupos que o
37 curso de Artes Cênicas e Divisão de Artes Cênicas haviam indicado
38 com a justificativa de que não tinham recurso financeiro, então tivemos
39 que acatar. Foram divergências ao longo do processo que tivemos que
40 ir nos adaptando. O processo de prestação de contas começa na Casa
41 de Cultura e a PROPLAN avalia a parte financeira, passa pela Auditoria
42 Interna e pelo Conselho de Administração. Pela PROPLAN foi tudo

1 certo, porque o valor que apuramos do investimento indireto da UEL
2 estava correto, não houve investimento direto, só que a auditoria,
3 primeiro fez um encaminhamento apontando indícios de
4 irregularidades, a Casa de Cultura se manifestou e emitiu um parecer
5 e o parecer da auditoria indicou que nesse caso o processo deveria ir
6 para a Procuradoria Jurídica, para esclarecer o encaminhamento
7 correto do que estava apontado pela Auditoria. Como o processo é
8 extenso, fez um resumo nas fls. 445 – 447, do que foi apontado pela
9 auditoria, do parecer da Procuradoria Jurídica e do esclarecimento da
10 Casa de Cultura para facilitar o encaminhamento, que se for aceita a
11 recomendação da jurídica, nem vamos deliberar nessa reunião sobre a
12 prestação de contas, mas deliberar o encaminhamento da prestação de
13 contas para a comissão que avalia contrato. Essa Comissão
14 Permanente de Processo Administrativo já fez uma análise prévia, mas
15 pede a indicação do Conselho de Administração se seria a instância
16 competente para analisar esse contrato. A Auditoria Interna também
17 indicou problemas com a bilheteria, por conta de uma discrepância
18 entre o número de ingressos que eram para ser dados como cortesia e
19 o que realmente teve essa destinação, que foi um número maior. A PJU
20 não se manifestou sobre a bilheteria. Nós, Casa de Cultura,
21 entendemos que este critério de distribuição é da Palipalan. Da nossa
22 parte, todas as cortesias solicitadas foram entregues, a relação com a
23 UEL ficou garantida como estava no convênio. Foi sugerido o
24 encaminhamento do processo para esta comissão permanente de
25 processo administrativo, o convênio determinava que os pagamentos
26 fossem realizados exclusivamente por meio eletrônico, isso a Casa de
27 Cultura já havia apontado, questionado, foi uma justificativa que não
28 era suficiente e essa irregularidade tem que ser apurada, inclusive para
29 dar oportunidade de manifestação por parte da Palipalan. Outra
30 questão é que foram feitos pagamentos para trabalhadores informais,
31 então, ao invés de fazer a RPA, que garantiria a retenção do ISS e do
32 INSS, para depois o recolhimento, não foi feito o recibo comum e isso
33 tem algumas implicações. Outra irregularidade foi à prestação de
34 serviço de pessoa jurídica por recibo e não nota fiscal, contrataram os
35 serviços e o pagamento foi feito mediante um recibo e quando a
36 auditoria indica isso, principalmente para os itens “b” e “c”, teria
37 necessidade de averiguar para uma instauração de procedimento
38 administrativo com vista a regularização da questão fiscal e eventuais
39 irregularidades. Prof. Sérgio Carvalho - vamos aprovar o relatório e
40 encaminhar para que sejam apuradas as eventuais irregularidades por
41 essa comissão. Profa. Tânia Lobo - como vamos aprovar o relatório se
42 ainda existem situações a serem esclarecidas? ou vamos aprovar com

1 ressalvas? Como podemos aprovar um relatório se está sendo indicado
2 que precisam ser apurados esses pagamentos supostamente
3 irregulares? Fica difícil de fazer essa aprovação. Prof. Sérgio Carvalho
4 - aprovar com ressalvas, porque na verdade os grandes
5 questionamentos que temos é com relação à ação da parceira que
6 tivemos da iniciativa privada. Maria Helena - acha que expressou
7 errado, o que gostaria que o CA, apreciasse e deliberasse é sobre o
8 relatório. Pode esclarecer tudo o que foi feito, as apresentações, que
9 foi o que fizemos sob orientação jurídica. No Conselho Deliberativo da
10 Casa de Cultura, aprovamos o relatório e não deliberamos sobre a
11 prestação de contas, que precisa ser analisada. Não sabe se tem essa
12 alternativa de aprovar com ressalvas, gostaria que esclarecesse sobre
13 o relatório, o cumprimento do objeto, a cooperação para realização do
14 FILO, não houve rompimento de parceria. A questão que não temos
15 condições de deliberar é sobre a prestação de contas, sem que
16 tenhamos certeza, por exemplo, da parte da auditoria que a jurídica não
17 se manifestou, se a UEL seria responsabilizada subsidiariamente, no
18 caso de convênio. Portanto, seria apreciar o relatório, deliberar com
19 ressalvas e deliberar o encaminhamento para a comissão para análise
20 da prestação de contas. Prof. Aron Petrucci - acha inadequado que
21 aprovamos qualquer parte do relatório, não conseguir nem deixar claro
22 qual parte estamos aprovando. Sugere que este conselho considere o
23 relatório como entregue, ou seja, a Casa de Cultura cumpriu seu papel,
24 entregou o relatório. Não se sente confortável em usar a palavra
25 "aprovado", no que se refere a este relatório, depois de tudo o que a
26 Maria Helena relatou. Outro problema, na hora que um relatório desse
27 for para a auditoria, não conseguimos saber de antemão que
28 desdobramentos vão ter, sem falar que de forma subjetiva, podem usar
29 a nossa "aprovação", ainda que parcial e com ressalvas, para tentar
30 justificar que irregularidades não são irregularidades, porque, afinal.
31 foram aprovadas pelo Conselho. Sugere que demos o relatório como
32 entregue, e aprovado somente depois que a auditoria se manifestar.
33 Prof. Silvano Cesar - na mesma linha do professor Aron e a professora
34 Tania, a prestação de contas é parte integrante do relatório, fica
35 estranho aprovarmos mesmo que com ressalvas, não sei se há
36 urgência na aprovação, mas se há a indicação da auditoria, que vá para
37 comissão avaliar e depois retorne a este conselho. Maria Helena - então
38 retira a proposta, achou que poderia ser como decidimos no conselho
39 deliberativo da Casa de Cultura, não temos urgência, somente gostaria
40 de ter finalizado antes do término da gestão, mas fica à disposição
41 deste Conselho, quando o processo retornar, após análise da
42 Comissão. Tínhamos uma preocupação porque depois de dois anos de

1 pandemia, este ano vamos ter o FILO novamente, fez a consulta à
 2 Procuradoria Jurídica e não há problema firmar um convênio com outra
 3 entidade, porque agora voltou a ser uma associação, então o
 4 entendimento é ter um novo convênio. Seria melhor que a comissão
 5 tivesse um prazo máximo de 30 a 60 dias, para o fechamento do
 6 relatório da análise. A Auditoria já se manifestou no processo, tem
 7 encaminhamento e parecer, a jurídica também se manifestou e agora
 8 a comissão permanente de processo administrativo vai averiguar os
 9 apontamentos. Prof. Sérgio Carvalho - retira o processo de pauta e
 10 encaminhamos para a comissão. Maria Helena - não pode retirar de
 11 pauta porque a comissão pediu a deliberação do C.A acerca do se
 12 encaminhar o processo para análise desta comissão. Retira a proposta
 13 que havia pedido para avaliar o relatório. Prof. Sérgio - não tem
 14 problema, aprovamos aqui no Conselho de Administração, mas
 15 encaminhar processo para comissão de sindicância ou comissão
 16 disciplinar é prerrogativa do reitor ou mediante indicação dos conselhos
 17 superiores. Vai colocar em votação, mas vai conversar com a comissão
 18 porque tem dever funcional. Aprovamos a parte de atividades e
 19 deixamos a partir da prestação de contas para eles observarem. O que
 20 eles vão ter que fazer agora? Vão analisar todo o processo, vai
 21 despachar para que analisem ponto por ponto do processo porque é
 22 uma comissão disciplinar, não dá para ficar jogando de um lado para o
 23 outro as questões. Em regime de votação, os favoráveis que seja
 24 encaminhado para a comissão. Aprovado com 1 abstenção do Prof.
 25 Leandro por problemas de conexão com a internet. **Item 5 - Processo**
 26 **10577/2021 – PROPLAN / ITEDES - deliberar acerca do relatório**
 27 **final do Curso de Especialização MBA em Gestão de Pessoas -**
 28 **turma 2019/1 (Relator: Prof. Dr. Mário Sérgio Mantovani).** É um
 29 processo de um curso vinculado ao CESA, tinha uma previsão inicial
 30 de R\$ 125.000,00 de arrecadação, foi arrecadado R\$ 142.000,00, tinha
 31 saldo operacional anterior de R\$ 93.000,00. Essa turma recolheu todas
 32 as taxas regimentais, fez pagamento de pessoal um pouco abaixo do
 33 que havia sido previsto no início do plano, mas fez as justificativas
 34 pertinentes, aumentou um pouco o custeio de serviços pela execução
 35 que ele fez e cumpriu toda resolução de cursos. Ficou um saldo
 36 operacional de R\$ 93.000,00 e agora eles têm um pouco mais de R\$
 37 101.000,00 e ainda está vinculado ao ITEDES. Em regime de votação.
 38 Aprovado por unanimidade. **Item 6 - Processo 4890/2022 - PROGRAD**
 39 **- deliberar acerca da minuta de resolução CEPE/CA, que propõe**
 40 **procedimentos a serem adotados quando do não cumprimento do**
 41 **calendário das atividades de Ensino dos Cursos de Graduação,**
 42 **para fechamento de pautas e do Rendimento Escolar, por meio**

1 **digital**. Profa. Maria Elisa Cestari - é uma proposta de resolução de
2 uma atualização da resolução 181/2007, que transfere todo esse
3 procedimento para o portal docente, para que seja feito totalmente de
4 forma remota, até então quando bloqueamos a pauta e algum professor
5 deixa de fazer o fechamento da pauta no período correto esse professor
6 precisa ir à PROGRAD solicitar o desbloqueio, se por algum motivo ele
7 está em viagem, os chefes de departamento precisam ir até a
8 PROGRAD, é um procedimento bem desgastante. Na pandemia, por
9 um tempo já tivemos a situação de não atendermos esses professores
10 presencialmente, e fizemos essa adaptação no sistema, então, essa
11 parte já está bem adiantada, está praticamente preparado para a partir
12 de agosto, caso essa resolução seja aprovada, tudo fique dentro do
13 portal e vamos ter alguns ganhos, além de celeridade no processo,
14 transparência, possibilidade de consulta para professores que fecham
15 a pauta com atraso, a partir de relatórios que vão ficar dentro do
16 sistema, e os próprios coordenadores de colegiados, chefes de
17 departamento, diretores de Centros, vão conseguir fazer essa consulta,
18 sem que tenhamos que ficar enviando os relatórios todos os anos, todo
19 fim de período letivo, por meio de ofício, essa é a proposta, a minuta
20 está colocada no processo em formato de comparação da anterior e da
21 nova proposta, as mudanças são poucas. A PJU não identificou
22 nenhuma irregularidade. Davi Miranda - essa resolução depois de
23 analisada pelo CA vai para o CEPE? Maria Elisa - sim, é uma resolução
24 CEPE/CA. Também estranhamos esse movimento de vir primeiro para
25 o C.A e depois para o CEPE. Prof. Sérgio Carvalho - é por uma questão
26 de data, temos C.A hoje e CEPE semana que vem. Se fosse primeiro
27 ao CEPE atrasaria esse processo. Davi Miranda - essa é a
28 preocupação, se não precisaria ser analisada pelo CEPE primeiro e
29 depois vir para o C.A. Prof. Sérgio - não lembra se no regimento que
30 diz que há uma prerrogativa de ser encaminhado primeiro ao um
31 conselho, acha que não, por isso, o encaminhamento foi este. Davi
32 Miranda - só para uma questão de ingerência do C.A sobre o CEPE.
33 Prof. Sérgio Carvalho - normalmente respeitamos muito, procuramos
34 interferir apenas no que é relativo às ações administrativas da
35 universidade, então temos essa preocupação sim. De toda a forma à
36 presidência do CEPE e C.A é a mesma, neste caso costumamos
37 lembrar os Conselhos. Prof. Aron Petrucci - leu a resolução e acha que
38 está bem colocada, mas um detalhe o preocupa, geralmente quem foi
39 coordenador de colegiado ou chefe de departamento sabe que são
40 sempre os mesmos, salvo um outro PSS, então com isso, se preocupa
41 que eles não vão ter nem que se dar ao trabalho de irem à PROGRAD,
42 dá a impressão que estamos diminuindo a pouca penalidade que existia

1 para quem não fecha a pauta no prazo. O servidor ir à PROGRAD, às
2 vezes é até melhor e mais educativo. A outra questão é a seriedade
3 disso, às vezes na manhã da formatura estamos desesperados na
4 PROGRAD, pedindo pauta para professor se não a turma não se forma.
5 Profa. Maria Elisa - no art. 1º, § 2º trata que quando acontece este
6 bloqueio, será enviada uma mensagem automática para o chefe de
7 departamento e para a direção de centro e vocês já vão saber que este
8 professor não fechou a pauta. Isso vai dar muito mais celeridade. Ele
9 tem três dias para corrigir e precisa fazer uma justificativa no sistema,
10 essa justificativa ele já tinha que fazer, mas era na PROGRAD e os
11 chefes não ficavam sabendo, aceitávamos qualquer justificativa porque
12 não cabia a nós avaliar se estava certo ou não, porque quem conhece
13 o que está acontecendo é o chefe de departamento, desta forma, ele
14 tem três dias para fechar novamente a pauta, para não haver novo
15 bloqueio. Esse processo vai deixar um relatório no sistema que
16 posteriormente podem consultar. Prof. Azenil Staviski - viveu 10 anos
17 esse problema no CESA, duas vezes como vice-chefe de
18 departamento, uma vez como chefe de departamento e quatro anos
19 como diretor de centro e passava vergonha porque era o nosso centro
20 que estava envolvido. Acha que essa medida é a salvação porque
21 vamos ter a possibilidade de fazer uma gestão mais eficaz para
22 melhorar a eficiência da parte acadêmica. É lógico passar pelo C.A
23 porque é uma medida de melhoria administrativa que repercute no
24 acadêmico e o CEPE será favorável. Prof. Paulo Meletti - parabeniza à
25 Maria Elisa e todos da PROGRAD. Acha que vai ser um avanço, no
26 início tinha ficado com a mesma preocupação que o prof. Aron, mas
27 também lembrou que hoje vamos apreciar um instrumento de avaliação
28 docente e vamos ter as informações na mão, para poder descontar um
29 ponto do professor que não tiver fechado a pauta. Profa. Sarah Hegeto
30 - gostou da ideia, mas acha estranho aprovarmos antes do CEPE. Se
31 aprovarmos agora, o CEPE pode desaprovar e retornar para este
32 conselho? Prof. Sérgio Carvalho - também acontece ao contrário, o C.A
33 pode não aprovar. Prof. Azenil Staviski - mas a medida é mais
34 administrativa do que acadêmica, vai buscar eficiência acadêmica, se
35 é administrativa é C.A. Profa. Viviane Bagio - levantou uma
36 preocupação com o ônus para as chefias de departamento e de
37 transferência, novamente, de atribuições para chefias, assim como tem
38 acontecido com as coordenações de colegiado. Também gostaria de
39 ouvir o CEPE, já que a proposta é de uma resolução CEPE/CA. Profa.
40 Maria Elisa Cestari - hoje temos na PROGRAD uma pessoa que faz
41 essa tarefa, então é uma pessoa que vai dar o click para todos os
42 cinquenta e três cursos de todos os departamentos da UEL, é um click,

1 porque o ônus maior é para o professor que deixou de fechar a pauta,
2 que terá que fazer uma justificativa, o chefe de departamento só vai
3 deferir ou indeferir, em um click também. Acha que isso não vai ser um
4 grande ônus para os chefes, só vai fazer com que tenham mais
5 consciência do que está acontecendo ao lado dele, a mesma coisa para
6 os diretores de centro, não vão precisar clicar em nada, apenas
7 acompanharão o processo. Então não vê como problema, assim como
8 também não era um problema na PROGRAD, não era um trabalho
9 exaustivo, abrir as pautas, o que demorava mais era a recepção ao
10 professor, explicar o processo. Profa. Viviane Bagio - deixou registrado
11 que recomenda um acompanhamento deste procedimento, ouvindo as
12 chefias de departamento, para avaliar essa questão do ônus e também
13 se isso não aumentará os casos de docentes que demandarão
14 reabertura de pautas. Profa. Tânia Lobo - queria fazer alguns
15 comentários em relação a esta situação. Primeiro, concorda que temos
16 uma transferência de ônus, precisamos considerar que não é essa
17 atividade que está sendo transferida, mas sim, mais uma atividade que
18 está sendo transferida. Hoje, recebeu dois chefes em sua sala que
19 estavam reclamando do tanto de trabalho que foi transferido a eles e a
20 dificuldade que está sendo conduzir as demandas das chefias de
21 departamento, e no CESA, hoje, temos a dificuldade de encontrar um
22 candidato à chefia, já era assim, mas tem se tornando cada dia mais
23 difícil, porque as pessoas não querem assumir essas funções. Acha
24 legal transferir para o sistema, mas deveria ser mantida ainda na
25 PROGRAD, essa experiência já foi feita na *stricto sensu* é o mesmo
26 caminho que a PROPPG fez, ela transferiu a reabertura de pauta do
27 *stricto* para os coordenadores, temos feito, mas é muito mais restrito do
28 que a graduação e todos os problemas que vamos encontrar na
29 graduação, dependendo do tamanho do curso, temos que levar em
30 consideração, que essa transferência realmente é pequena, mas está
31 sendo transferida como mais uma atividade. Talvez podemos pensar
32 de uma forma mais criativa, do que simplesmente transferir essas
33 atividades para quem está na ponta dos centros. Concorde com a
34 transferência para o sistema, mas tem dúvidas sobre a transferência
35 para os chefes, ainda assim acha que é uma questão do C.A,
36 discordando dos colegas quanto ao procedimento. Em segundo,
37 quando o prof. Aron fala da ideia do discurso de transferir, como
38 fazemos, acredita que na realidade, não estamos aqui para penalizar o
39 professor, se a ideia é agir em relação ao não cumprimento de suas
40 obrigações, temos outros mecanismos para fazer essa penalização,
41 não é esse procedimento aqui, esse é para regularizar uma situação
42 que pode ser encaixada numa falta de ação do professor e se isso gerar

1 prejuízo para instituição ou para o aluno, caímos sem uma sindicância,
 2 processo administrativo ou em outra ação institucional, que não seja
 3 essa e que vamos viabilizar a regularização dessa situação que é a
 4 nota do aluno, se estamos em vias de formatura e esse professor não
 5 regularizou, temos que responsabilizar por outras vias esse professor
 6 por sua não ação, e viabilizar que ele coloque essas notas no sistema.
 7 Temos que separar o que vai ser essa ação do ponto de vista
 8 administrativo e acadêmico para regularizar notas, do que é uma ação
 9 para responsabilização do professor, do seu descumprimento da sua
 10 obrigação ou quando seja prejuízo institucional ou para o aluno, para
 11 que não se confundam as duas situações. Prof. Paulo Meletti - acredita
 12 que não vai ser um grande ônus para o chefe, uma vez que vai ser uma
 13 forma de tentar reduzir esse tipo de ocorrência. Temos prazos e são
 14 claros, se em um instrumento de avaliação temos os itens que dizem
 15 respeito diretamente à relação professor-aluno, como assiduidade,
 16 pontualidade na entrega de seus trabalhos, no caso do professor, tem
 17 que ser respeitada também. Prof. Sérgio Carvalho - Maria Eliza, que
 18 inovação grande sob o ponto de vista pedagógico tivemos? Profa. Maria
 19 Elisa - primeiramente a transparência e clareza dos dados desde o
 20 início, porque era uma informação que antes ficava restrita à
 21 PROGRAD, os chefes de departamento só ficavam sabendo dos casos
 22 que não conseguíamos resolver, então essa é uma inovação bem como
 23 a celeridade. Também a possibilidade de trabalhar de forma remota.
 24 Prof. Sérgio Carvalho – então, não precisa ir para o CEPE, porque é
 25 uma ação eminentemente administrativa. Retiramos a competência do
 26 CEPE para esta resolução, salvo engano, por isso perguntou se havia
 27 alguma outra inovação na competência. Propõe que mantenhamos ao
 28 nível de C.A esta resolução. Em regime de votação. Aprovado por
 29 unanimidade. **Item 8 - Processo 1708/2022 - PROPPG / CECA –**
 30 **deliberar acerca da reestruturação do curso de Especialização em**
 31 **Psicopedagogia. (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri). Item 9 -**
 32 **Processo 1755/2022 - PROPPG / CECA – deliberar acerca da**
 33 **reestruturação do curso de Especialização em Educação Física**
 34 **Inclusiva. (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Inversão de pauta - O
 35 processo foi relatado em bloco. No item 8 houve uma reestruturação
 36 deste curso, como nas últimas ofertas não houve uma grande demanda
 37 de candidatos suficiente para abertura da turma, detectou-se que o
 38 valor da mensalidade, muito provavelmente, tenha sido o motivo
 39 principal para a baixa procura, a mensalidade atual é 18 parcelas de R\$
 40 435,00, portanto, a Coordenação do Curso, em comum acordo propõe
 41 a redução do valor para 18 parcelas de R\$ 250,00. Dessa forma, para
 42 adequar a planilha financeira ao valor proposto também é necessário

1 reduzir o número mínimo de vagas ofertadas, passando de 30 para 25
2 e mantendo o número máximo em 40 vagas. Já houve a reestruturação
3 da planilha financeira pela PROPLAN. **Item 9 - Processo 1755/2022 -**
4 **PROPPG / CECA.** O curso foi ofertado somente na modalidade EAD -
5 Ensino à Distância com o subsídio financeiro da UAB - Universidade
6 Aberta do Brasil por meio de edital da CAPES, porém, como não houve
7 mais editais pela UAB o Departamento de Ciência de Esportes
8 reestruturou o curso, para ofertá-lo na modalidade remoto síncrono,
9 para tanto, desenvolveu uma nova planilha orçamentária juntamente
10 com a PROPLAN, com o valor da mensalidade fixado em 18 parcelas
11 de R\$ 115,00 e como na turma anterior, houve uma elevada procura
12 pelo curso, estima-se na turma atual que está sendo aberta trabalhar
13 com o número mínimo de 300 vagas e o máximo de 400 vagas. Esse
14 processo passou pela Coordenação do Curso, pelo Colegiado de Pós-
15 Graduação *Lato Sensu*, pela PROPG, pela PROPLAN para fazer a
16 readequação da planilha financeira e estamos aqui neste Conselho de
17 Administração para podermos avaliar e, se possível, aprovar essas
18 propostas. Em regime de votação. Aprovado por unanimidade. **Item 7 -**
19 **Processo 3532/2022 – PROPPG - deliberar acerca da minuta de**
20 **Resolução que institucionaliza o Portal de Periódicos Científicos**
21 **da UEL e estabelece o seu regulamento** (Relator: Prof. Dr. Amauri
22 Alfieri). Fazendo um preâmbulo, este foi um trabalho hercúleo da
23 Diretoria de Pesquisa da PROPPG, da Biblioteca, principalmente da
24 servidora Laudicena de Fátima Ribeiro que trabalhou o tempo todo, e é
25 um sonho para a Biblioteca. Lembra que há quatro anos a Laudicena
26 vem insistentemente nos procurando para que possamos
27 institucionalizar o nosso Portal de Periódicos Científicos na Biblioteca
28 Central - BC e também tivemos um trabalho muito grande da Câmara
29 de Pesquisa com relação a este portal. Essa é uma resolução CEPE/CA
30 e já foi aprovada no CEPE. Pede autorização para passar a palavra ao
31 Diretor de Pesquisa, Prof. Eduardo e também para a Laudicena da
32 Biblioteca Central para esclarecer aos conselheiros, o trabalho que foi
33 desenvolvido ao longo de um ano e meio. Prof. Eduardo Almeida - esse
34 processo vem de uma longa trajetória de discussão da base. A base
35 são os editores das revistas da UEL, mas também houve um momento
36 que houve a possibilidade dos departamentos e centros participarem,
37 já que é um processo que passou pela Câmara de Pesquisa, PROPPG
38 e BC, estamos propondo esta resolução para resolver alguns
39 problemas que cotidianamente temos lidado na administração,
40 principalmente a biblioteca e em momentos pontuais a PROPPG
41 porque se refere às revistas científicas que temos hoje na UEL. De uma
42 forma regulamentada, temos atualmente na instituição apenas 4

1 revistas, que são consideradas como revistas institucionais, as
 2 Revistas Seminas, elas possuem resolução própria, o trabalho do editor
 3 chefe nessas revistas tem sido reconhecido institucionalmente, a carga
 4 horária destinada ao trabalho desses editores das revistas. Essas
 5 revistas foram criadas na década de 1970, passou por um processo de
 6 evolução bem importante e interessante, atingindo patamares de
 7 internacionalização e nessa trajetória que a revista Semina foi
 8 evoluindo, outras revistas foram surgindo, principalmente porque
 9 surgiram programas de pós-graduação, amadurecimento de linhas de
 10 pesquisa e áreas. Essas revistas não tinham, até então, nenhum ato
 11 normativo da instituição para que pudéssemos regularizar as
 12 atividades, então, uma das finalidades desse documento é esse
 13 reconhecimento do trabalho dos nossos colegas que criaram essas
 14 revistas com muito esforço, mantendo o funcionamento e da mesma
 15 forma definir critérios para mantermos a qualidade das revistas que
 16 estamos definindo como institucionais, a partir deste documento. A
 17 estratégia que encontramos foi pela institucionalização do Portal de
 18 Periódicos da UEL, o portal já existe há um certo tempo para
 19 disponibilizar as revistas científicas da UEL e com este documento
 20 estamos fazendo uma proposta em que está sendo definido critério de
 21 permanência das revistas já disponíveis no portal, assim como critérios
 22 para novas revistas se inserirem, com intuito de estabelecer parâmetros
 23 mínimos de qualidade das revistas que vão ser consideradas como
 24 institucionais a partir da publicação deste documento. Existe uma
 25 estrutura organizacional que está sendo proposta para o portal, como
 26 também essas políticas de hospedagem. Com essa forma regulatória
 27 para revistas institucionais, estamos transmitindo uma proposta que
 28 vem dos próprios editores que, ao discutirmos com eles, uma das
 29 principais reivindicações que fizeram é um reconhecimento da
 30 instituição pelo trabalho que realizam, e o trabalho do editor é um
 31 trabalho árduo, esse reconhecimento ser feito por intermédio de uma
 32 carga horária de trabalho para essa atividade fim, então por isso está
 33 sendo proposto que o editor chefe das revistas tenha oito horas de sua
 34 carga horária de trabalho, sendo considerada para realizar seu trabalho
 35 de editor chefe e para os demais editores duas horas. É uma forma de
 36 a instituição reconhecer o trabalho que eles têm feito com muito esmero
 37 e dedicação. Vamos continuar trabalhando em conjunto, esse processo
 38 tramitou dentro da base desde que criamos, passando pelos conselhos
 39 anteriores, Câmara de Pesquisa, CEPE, a Procuradoria Jurídica fez
 40 apontamentos que foram adequados para o Conselho de
 41 Administração avaliar esta proposta. Laudicena de Fátima Ribeiro - vê
 42 as dificuldades dos editores para trabalharem porque eles já fazem

1 isso, mesmo sem carga horária e com dedicação. A questão de
2 regimentar o portal é também pela qualidade das revistas, temos
3 critérios a seguir, assim facilita para quem coordena o portal também.
4 Importante o reconhecimento do trabalho dos editores. Profa. Viviane
5 Bagio - parabeniza a equipe pelo trabalho e pela proposta apresentada.
6 No entanto, destaco a importância deste Conselho refletir sobre as
7 proposições de atribuição de carga horária nas resoluções que têm sido
8 aprovadas. Lembrou que este C.A instituiu um GT para repensar a
9 forma de atribuição de carga horária docente, que encontrou muitas
10 barreiras, inclusive, porque nossa cultura institucional ainda está
11 calcada em expansão de vagas. Neste momento de reflexões e
12 decisões acerca de vagas docentes, será importante considerar que a
13 UEL terá que lembrar de trazer isso para estudos. Temos chefes
14 perguntando, e com razão, como ficará essa questão de carga horária
15 para conduzir as atividades administrativas dos departamentos e
16 colegiados e nesta minuta de resolução, caberá ao departamento, a
17 atribuição dessa carga horária para os editores. Profa. Tânia Lobo -
18 cumprimento a equipe, batalhamos e reclamamos muito que precisava
19 fazer essa institucionalização porque na realidade essas revistas eram
20 da UEL e esses editores na realidade são editores de revistas que
21 levam o nome da instituição, mas não estavam em lugar algum. De
22 qualquer forma, fica feliz que isso tenha sido trazido e evoluído, mas
23 faz alguns questionamentos e apontamentos. Primeiramente, foi feita
24 uma comissão que era para trabalhar com essa revista à época que
25 Prof. Arthur Mesas estava na PROPPG e, na troca, sentiu que houve
26 uma paralisação, tanto que imaginou que não houvesse a continuidade
27 dos trabalhos, fica feliz que houve, mas questiona o porquê daquela
28 comissão que havia sido montada, em que vários editores faziam parte
29 dela, foi abandonada, o que houve? Segundo, em que pese os editores
30 tenham sido ouvidos em relação à resolução, é editora de uma das
31 revistas do direito a mais de 10 anos, e jamais foi ouvida em relação a
32 esta proposta que está sendo colocada, fica feliz porque fala da
33 utilização, como vai entrar na plataforma e se tornar uma revista da
34 instituição, mas traz algumas situações em que fica temerosa em
35 relação aos nossos editores. A primeira delas é sobre a questão da
36 carga horária que a profa. Viviane destacou, era uma discussão que
37 havia sido levantada naquele grupo, e já havia sido formado porque
38 essa discussão levantada já existia, discussão de que precisávamos
39 mudar essa perspectiva de contarmos nossa atividade institucional a
40 partir de carga horária e esse processo que estamos discutindo de
41 mudança é exatamente na contramão da proposta que está sendo feita,
42 em que se estabelece a carga horária. Acredito que precisamos parar

1 um pouco e rever esse aspecto de atribuição de carga horária, porque
2 talvez não seja essa a dinâmica em termos de institucionalização deste
3 editor. Outra situação que me preocupa é que se estabelecem duas
4 obrigações para esse editor, planejamento e relatório, a ideia de
5 planejamento tem sido feita a partir das próprias demandas da CAPES,
6 ela traz uma demanda em relação ao processo de avaliação e a partir
7 disso, é reorientado a forma como se conduz a revista, sempre em
8 busca daquilo que ela estabelece como padrão de qualidade. Se tiver
9 que fazer um planejamento a cada orientação da CAPES, anualmente
10 precisará refazer esse documento, em que o planejamento é feito, mas
11 não posto neste documento. A partir desse planejamento tem a
12 obrigatoriedade de um relatório a cada quatro anos. Esse relatório
13 baseia em que a revista deve cumprir determinados critérios objetivos
14 para permanência na base, esses critérios estão lá, então, a própria
15 comissão poderia avaliar se os critérios foram ou não cumpridos, se
16 não foram, que se questione o editor para que ele responda, ou seja
17 retirado da base de dados. Fazer um relatório para dizer que cumpriu o
18 que está na base de dados em que a comissão que está sendo formada
19 já tem acesso, então se preocupa em criar retrabalho para esse editor,
20 que muitas vezes são pessoas que por mais que seja dada atribuição
21 de carga horária, com todas as atribuições que já possui não é essa
22 carga horária que faz diferença para ser, ou não, editor daquela revista.
23 Considero importante criar critérios para a existência da revista e
24 também que se faça avaliação para permanência desse periódico e,
25 não havendo condições de permanência, o editor seja acionado.
26 Também há outra situação que é a ideia de visão de representação por
27 um membro da comissão em que vocês dividiram por áreas, foi outra
28 situação que relatou naquela outra comissão formada, houve uma
29 divisão em que vocês colocaram quatro grandes áreas, só que se
30 colocar um editor representando humanas e sociais aplicadas eles não
31 conseguirão falar a mesma língua porque as bases são diferentes,
32 então quando coloca um representante para essas duas áreas estamos
33 repetindo o equívoco que acontece nas Seminas e está sendo trazido
34 para cá. Prof. Paulo Meletti - parabeniza a equipe por todo trabalho
35 feito. Com relação a carga horária também tem essa preocupação,
36 sabemos que essa carga horária não vai ser utilizada para contratação,
37 mas de alguma forma é uma maneira de contabilizar este trabalho e
38 acredita que não temos ainda a fórmula para isso. O meu departamento
39 tem uma fórmula própria em que fazemos uma pontuação baseada nas
40 várias atividades que o docente possui e no momento da distribuição
41 das aulas, de acrescentar ou subtrair carga horária didática daquele
42 docente, obedecendo o mínimo que está na resolução 180, sabemos

1 que quem vai se dispor a ser editor é uma pessoa super produtiva que
2 vai extrapolar sua carga horária, dificilmente uma pessoa não
3 comprometida vai se dispor a ser editor de uma revista científica. Prof.
4 Eduardo Almeida - em relação a este histórico, se faz necessário
5 esclarecer que não houve uma comissão formal, o Prof. Arthur Mesas
6 convidou os editores para ajudarem a pensar. Profa. Tania Lobo - foi
7 uma comissão formada pelo prof. Amauri Alfieri, à época, estava na
8 comissão e havia um documento que indicava quais de nós faziam
9 parte dessa comissão. Prof. Eduardo Almeida - não estava presente na
10 época, a Laudicena lembrou da comissão, mas não foi formalizada. O
11 que tem histórico, deixado pelo Prof. Arthur Mesas, foram reuniões com
12 editores de revistas, que pensaram juntos ideias de se elaborar uma
13 minuta de resolução, mas, nessas reuniões, não se chegou a uma
14 uniformidade. Quando começou a trabalhar novamente com essa
15 resolução, fomos por outro caminho, o de institucionalizar o portal de
16 periódicos, e, assim, da forma que estão propondo não há uma
17 limitação sobre criar revistas científicas na instituição. Para essa
18 proposta, a PROPPG enviou email convidando todas as revistas e
19 esses convites foram feitos aos editores de revista para que
20 pudéssemos apresentar o conteúdo desta resolução. Vários editores
21 estiveram presentes nessa reunião, fizeram apontamentos, ajustes,
22 inclusive discutimos isso no Conselho Editorial da Revista Semina e
23 depois conseguimos balizar com os editores de revistas que estiveram
24 presentes, encaminhamos para as instâncias deliberativas. Foi uma
25 construção que tentamos fazer da forma mais coletiva possível. A
26 questão do planejamento e relatório, a proposta é de que seja uma
27 avaliação a cada quatro anos, em função da avaliação da CAPES que
28 é quadrienal. O relatório otimiza o trabalho da comissão coordenadora,
29 por mais que existam esses dados, hoje são 26 revistas. Enquanto
30 comissão coordenadora, no caso a coordenação apenas da biblioteca,
31 pontuar todos esses dados das 26 revistas é diferente de cada editor
32 fazer da sua própria revista, assim otimiza o tempo da comissão
33 coordenadora, foi nesse sentido que foi construído. Pelo menos com os
34 editores que estiveram na reunião que discutimos, ninguém apontou
35 problemas em fazer este relatório. É a primeira vez durante todo o
36 processo de discussão, passando pela base, Câmara de Pesquisa e
37 CEPE, que ouvimos alguma preocupação em relação a elaboração
38 deste relatório, mas é válida porque alguém estaria observando e
39 chamando a atenção para estes aspectos. Quanto as áreas, é uma
40 preocupação bem importante, temos nessa minuta duas instâncias,
41 uma é a comissão coordenadora do portal e a outra é o conselho de
42 editores. No conselho de editores, temos representação das oito

1 grandes áreas de conhecimento, garantindo que se tenha a
2 representatividade dessas particularidades. Na comissão
3 coordenadora, que vai se reunir mais frequentemente, nossa
4 preocupação foi pelo menor número de pessoas viáveis para manter o
5 funcionamento do portal, embora a comissão tenha uma atividade mais
6 técnica. Nesse sentido, pensamos em otimizar a formação dessa
7 comissão, agrupando algumas grandes áreas, que de toda forma
8 seriam eleitos a partir do conselho de editores, então, com todas as
9 áreas de conhecimento. Os processos que estão sendo propostos
10 passariam primeiro pelo conselho de editores, para depois irem para a
11 comissão coordenadora. De certa forma, entre o ideal e o real é o que
12 foi possível, que enxergamos que seria o adequado para o
13 funcionamento, mas só depois de um tempo funcionando é que vamos
14 sentir se realmente desse modo que está sendo proposto é realmente
15 adequado ou se vamos precisar reajustar. Profa. Tânia Lobo -
16 realmente não recebeu essa convocação, do contrário, teria ido fazer a
17 discussão da revista, assim como o Prof. Fernando, coordenador da
18 outra revista do Curso de Direito, por isso, a questão está colocada. Em
19 relação ao relatório, me preocupa que a cada relatório sucupira os
20 editores acabam relatando qual a importância da revista, como eles se
21 dão, quais são os critérios, dentre outros, pegamos os relatórios da
22 CAPES para fazer, então, estamos criando mais uma burocracia para
23 este professor que está sendo editor, estamos dizendo que ele é
24 alguém que está sobrecarregado, que está fazendo uma atividade e
25 estamos criando mais uma burocracia para ele, então, talvez criar um
26 relatório que seja mais facilitado. Aliás, como disse no princípio,
27 aplaude que estamos institucionalizando a revista, só está
28 questionando criar maior burocracia para este professor que já é
29 sobrecarregado. Assim, facilitar a vida desse professor seria bom. Prof.
30 Décio Sabbatini - o relatório já está estruturado, ou pode haver
31 modificações, caso haja necessidade? Prof. Eduardo Almeida - a
32 proposta é o Anexo B desta resolução, optamos propor uma estrutura
33 para que os relatórios fossem padronizados para as diferentes revistas
34 e que todas as informações importantes estivessem contidas neste
35 relatório. Em regime de votação - Aprovado com 1 abstenção. Prof.
36 Décio Sabbatini - aproveita o ensejo e parabeniza o trabalho feito pela
37 nossa PROPPG, a Biblioteca, Professor Eduardo, Amauri, Laudicena.
38 Também foi durante um tempo editor da Semina, sabe o trabalho
39 dessas revistas e de qualquer maneira acha que é um avanço dentro
40 da instituição, a institucionalização deste portal. **Item 10 - Processo e-**
41 **protocolo nº 18.935.373-1/2022 – PROAF / PJU - deliberar acerca**
42 **do pedido de isenção de preço público para a inscrição no curso**

1 **de inglês, ofertado pelo Laboratório de Línguas da UEL.** (Relatores:
2 **Prof. Dr. Miguel Etinger e Prof. Me. Azenil Staviski).** Prof. Miguel Etinger
3 - esse processo chegou por meio de uma C.I do Laboratório de Línguas,
4 em função de uma solicitação da Vara da Infância e da Juventude de
5 Londrina, sobre a possibilidade do Laboratório de Línguas ofertar um
6 curso de inglês para uma menor de idade, que está em um abrigo para
7 menores, em função de problemas familiares e foi retirada da guarda
8 dos pais, ela está aos cuidados de um abrigo aqui em Londrina e a
9 Justiça pergunta à UEL sobre a possibilidade de isenção de taxas ou
10 cessão de bolsas para inscrição nos curso de línguas. O laboratório de
11 línguas se manifestou, entendendo que não seria viável contemplar
12 essa situação de concessão de bolsa no curso inglês em favor da
13 menor, o processo foi para a Procuradoria Jurídica e como a PJU não
14 é instância de deliberação, encaminhou para o Gabinete da Reitoria,
15 que decidiu submetê-lo à análise do Conselho de Administração, que é
16 a instância administrativa responsável por avaliar se é o caso de se
17 conceder a isenção do pagamento do preço público para o curso de
18 inglês para essa menor. Em que pese a manifestação do laboratório
19 de línguas, a procuradoria jurídica entendeu que além do C.A ser
20 instância administrativa, eventualmente a concessão dessa isenção do
21 preço público vai ao encontro das finalidades e objetivos da instituição
22 que é proporcionar o desenvolvimento das pessoas, não só da
23 comunidade universitária, mas também da sociedade em geral. É uma
24 situação delicada, é um pedido da Vara da Infância e da Juventude para
25 uma menor que a UEL, caso seja concedido, pode contribuir com o
26 desenvolvimento de uma pessoa que já vem sofrendo com os
27 problemas da vida, então passa por este Conselho para analisar sobre
28 esse pedido de isenção do preço público do curso de inglês do
29 Lablinguas, tem um parecer do SEBEC sobre a análise social dela pelo
30 deferimento deste pedido. Prof. Azenil Staviski - complementa que as
31 argumentações do laboratório se deram porque esse curso é mantido
32 por meio do preço público, que contempla a prestação desse serviço
33 de formação, em todo caso não é uma inscrição que vai inviabilizar a
34 turma, então, não acha do ponto de vista financeiro, tanto problema
35 quanto a isso. Davi Miranda - na hipótese de aprovação, não é
36 pertinente um apontamento da PROPLAN, tendo em vista a renúncia
37 de receita? Prof. Mário Sérgio - o parecer foi dado, é pertinente o pleito,
38 o Conselho vai avaliar junto com as outras circunstâncias, a situação
39 da menor, a análise do SEBEC, o pedido da vara da Infância. Prof.
40 Miguel Etinger - juridicamente não é o caso de renúncia de receita, isso
41 se dá nos casos de taxas e impostos, não é o caso de instituir e receber,
42 é um preço público que está dentro da autonomia da universidade

1 decidir se isenta ou não o pagamento desse preço público. Davi
2 Miranda - acha que isso poderia estar presente no processo, não que
3 haja precedente de haver mais casos, frente a situação da criança, é
4 totalmente favorável, mas só por uma questão de segurança da
5 questão do ingresso dessa receita que não vai acontecer. Profa.
6 Viviane Bagio - ratificou que a justificativa do Laboratório, como o Prof.
7 Azenil colocou, foi com base no entendimento de que não era
8 competência da coordenação do Laboratório de Línguas decidir sobre
9 isenção de taxa de inscrição, mas que o Laboratório e a Direção de
10 Centro são favoráveis à isenção no caso específico da menor referida
11 no ofício da Vara da Infância e da Juventude. A abertura de precedente
12 foi uma preocupação também da Coordenação, uma vez que no ofício
13 à folha 4 do processo, há o pedido de informações sobre curso de inglês
14 e possibilidade de concessão de bolsas para acolhidos. Assim, é
15 preciso que se decida sobre a isenção para esta situação em específico
16 de modo também a não desconsiderar que outros pedidos sejam feitos
17 na sequência, trazendo, assim, impacto negativo para a gestão dos
18 cursos ofertados no Laboratório de Línguas da UEL. Prof. Leandro
19 Altimari - ficou curioso em relação a como essa situação chegou aqui?
20 Porque talvez isso tenha reflexo ou não. Por um lado, se abre espaço
21 para que a instituição demande todas as vezes que isto ocorrer daqui
22 para a frente, não que seja contra, mas acredita que por outro lado que
23 pelas circunstâncias, talvez tenhamos exceções de casos que se
24 interessem em fazer cursos de inglês porque não é comum. Prof. Azenil
25 Staviski - acredita que por ela estar sob medida protetiva e ela se
26 encontrar em uma casa de apoio a estas situações, provavelmente de
27 uma instituição sem fins lucrativos, o pedido pode ter partido daí e a
28 vara da infância e juventude encaminhou o ofício justamente por ela
29 estar sob proteção. Prof. Silvano Cesar - segue na linha que o Prof.
30 Leandro falou, quando começamos com isenção para os detentos eram
31 poucos, hoje esse número já aumentou bastante e Instituições que
32 recebem menores há várias em Londrina, então, a Vara da Infância está
33 pedindo uma vaga, mas daqui a pouco esse número pode aumentar,
34 assim como aumentou no caso dos detentos. Acha que há o papel
35 social, o Prof. Miguel já colocou e é o papel da universidade, porém,
36 temos que estar atentos que estamos deixando de receber. Se o
37 número de vagas estivesse faltando para complementar a turma, não
38 sabe se é o caso, mas tem a preocupação de que possa virar rotina e
39 dobre esses pedidos, então, joga a responsabilidade toda para a
40 universidade, o judiciário tem feito isso com o caso dos detentos, talvez
41 faça o mesmo no caso das crianças. A profa. Tania e o Miguel teriam
42 condições de dizer melhor, se teriam como manter isso com recursos

1 do Ministério Público ou Judiciário, mas eles jogam a responsabilidade
2 para gente. Como disse não é contra, mas temos que ficar atentos,
3 porque o número tende a aumentar. Se o departamento e laboratório
4 derem conta, seria fantástico abrir uma turma para pessoas destas
5 casas e dar uma formação melhorada a eles. Só temos que ter essa
6 visão de que isso pode acontecer, renúncia de receita e o número pode
7 aumentar a partir do momento em que fizermos a primeira aprovação.
8 Profa. Viviane Bagio - essa também foi uma preocupação da professora
9 Adriana Fiori e respondendo ao Prof. Leandro, esse ofício chegou
10 primeiramente à coordenação do laboratório de línguas e a
11 coordenação que buscou ajuda dentro da instituição. Não soube
12 quando isso chegou, ficou sabendo quando viu pautado e foi procurar
13 mais informações junto à coordenação, justamente para poder
14 contribuir com a discussão. A preocupação foi essa porque no ofício,
15 se não estivermos equivocados em nossa leitura, se coloca que é para
16 essa pessoa e depois no final na folha 4, colocam que foi solicitado
17 informações sobre o curso de inglês e possibilidade de concessão de
18 bolsas para acolhidos, então dá a impressão que essa é uma, mas pode
19 aumentar. Então, a procedência da profa. Adriana foi coerente nesse
20 sentido, até porque não era de competência dela, o próprio laboratório
21 já teve em uma época concessão de bolsas, passava pelo SEBEC,
22 tinha uma cota de bolsas para quem precisasse, hoje não possui, mas
23 o laboratório pode ter isso dentro da competência dele para ele mesmo
24 deliberar, como hoje não tem mais essa modalidade de bolsa, essa foi
25 uma preocupação com a abertura de precedente. Acha que o Conselho
26 de Administração é a instância para discutirmos sobre essas questões,
27 porque se a turma se banca, ela precisa ter um número "x" para abrir,
28 então, para incluir um aluno que já exista é uma coisa, agora abrir uma
29 turma só para este aluno é um problema complicado, do ponto de vista
30 financeiro da gestão do laboratório. A profa. Adriana ficou com uma
31 dúvida de quem responde a este processo depois da deliberação do
32 C.A. Prof. Décio Sabbatini - lembrando o que o prof. Miguel falou, não
33 é uma renúncia de receita, mas de qualquer maneira, entende a
34 preocupação, ainda mais depois do que a profa. Viviane colocou de que
35 poderiam aparecer outros, de repente, dentro do regimento ou da
36 normalização do laboratório de línguas, dizer que eventualmente, ou
37 determinar certo número de cotas, estabelecendo um mínimo, para
38 atendimento de situações parecidas com essa. Prof. Miguel Etinger -
39 esclarece que ela não é infratora e sim vítima de um convívio familiar.
40 Na página 4 pergunta justamente isso, informações do curso de inglês
41 e possibilidade de concessão de bolsas para acolhidos. A leitura que
42 faz é que tem uma situação concreta em que se solicita se essa menor

1 é possível cursar o inglês e uma segunda questão se é possível futuras
2 concessões de bolsas. Sugere que o C.A poderia analisar esses dois
3 pontos, em relação a essa menor e depois encaminhar o que entender
4 necessário para elaborar uma política de concessão de bolsas que evita
5 que venha uma série de pedidos de Ministério Público, Defensoria
6 Pública, Poder Judiciário, de concessão de bolsas, porque realmente é
7 uma preocupação. Profa. Tânia Lobo - questiona como é feito a questão
8 da planilha do laboratório de línguas, para que possamos, em
9 concedendo uma bolsa, interferir no equilíbrio, acha que primeiro eles
10 deveriam fazer uma proposta, de acordo com o seu custo e toda a
11 estrutura que eles funcionam que tipo de benefícios eles podem
12 conceder. Acha que talvez a análise deva partir deles, do Laboratório
13 de Línguas, para o Conselho de Administração e não o contrário. Prof.
14 Décio Sabbatini - entende que podemos votar de duas maneiras,
15 primeiro para este caso em particular e depois que o laboratório de
16 línguas apresente umas planilhas com a possibilidade de abrir novas
17 exceções, se possível. Em regime de votação. Favoráveis acerca do
18 pedido de isenção de preço público para oferta de uma vaga no curso
19 de inglês do laboratório de línguas da UEL. Aprovado por unanimidade.
20 Para a segunda votação, solicitar à coordenação do laboratório de
21 línguas, uma proposta de viabilidade de isenções de preço público, para
22 atender a outras eventualidades como essa. Em regime de votação.
23 Aprovado por unanimidade. Davi Miranda deixa registrado sua fala com
24 relação à ausência do parecer da PROPLAN, pelo não ingresso da
25 receita. Prof. Azenil Staviski – reforça esse parecer da coordenação
26 com relação a novas turmas, se há a possibilidade dependendo do
27 número de ingresso, de ter uma bolsa. **Item 11 - Processo 5464/2022**
28 **– PROAF / HU - deliberar acerca de doação de sucatas de bens e**
29 **materiais diversos inservíveis, do Hospital Universitário, para a**
30 **Casa de Apoio Amigos do HU (Relator: Prof. Me. Azenil Staviski).**
31 **Item 12 - Processo 3446/2021 – PROAF / HU - deliberar acerca da**
32 **alienação de materiais inservíveis da UEL, armazenados no prédio**
33 **do SAUEL e do Hospital Universitário, armazenados no antigo**
34 **"IBC" (Relator: Prof. Me. Azenil Staviski).** Prof. Azenil Staviski - O item
35 11 e item 12 referem-se à desocupação do antigo IBC que o Ministério
36 da Economia reivindicou a devolução daquele espaço e lá tem uma
37 quantidade enorme de bens inservíveis, basicamente do HU, então,
38 foram montados esses dois processos. O processo 5464/2022 refere-
39 se a um pedido da Casa de Apoio Amigos do HU para doação de bens
40 obsoletos inservíveis para HU, que possam ser úteis para esta
41 instituição de apoio. O processo 3446/2021 refere-se a alienação, ou
42 seja, vai ser feito em forma de leilão o processo de destinação deste

1 material. Dilson Francisco Mafra - agradece a oportunidade de
2 participar da reunião. Inicialmente começamos com lotes grandes do
3 Centro Administrativo Reinaldo Ramon. Na sequência, entrou a
4 necessidade de definir os bens que estão no IBC. Foi montado um
5 primeiro processo e caminhou para deliberação em leilão e agora temos
6 este segundo momento, que é o pedido de doação. Coloca que foi feito
7 um trabalho muito grande, no sentido de elaborar estes lotes,
8 caracterizá-los, planilha-los, inclusive as reuniões da comissão
9 chegaram ao valor considerável, e hoje temos uma grande necessidade
10 não somente de liberar espaço do IBC, mas também no Centro
11 Administrativo Reinaldo Ramon que é conhecido como Prédio da
12 Equipe. Nessa etapa, especificamente nesse processo de doação,
13 temos afixado nele o laudo 4 e 5, no laudo 4 apresenta-se sobre a
14 primeira etapa de bens que foram analisados no HU e chegou a um
15 valor R\$ 48.600,00, como havia a necessidade de continuar fazendo as
16 avaliações e essa primeira etapa já deveriam ter sido no levantamento
17 inicial ser leiloados, continuamos a fazer a avaliação dos demais bens,
18 fizemos uma segunda etapa de avaliações que foram feitas no IBC.
19 Neste segundo montante, que é o laudo 5 (fl.195) chegou a R\$
20 129.320,30, pela urgência em resolver a questão do IBC, o pessoal da
21 Casa de Apoio, ciente dessa disponibilidade de material que estava
22 trabalhado lá, entraram com pedido de doação, foi feita a avaliação da
23 documentação apresentada, a documentação está completa, no
24 sentido das exigências e de certa forma, cria-se um círculo virtuoso,
25 onde estes bens, em um segundo momento, reverteriam para um
26 benefício para os pacientes do próprio HU, porque essa casa de apoio
27 acolhe essencialmente ao público que é atendido no HU. Da parte da
28 comissão de avaliação bens e materiais inservíveis ambos os lotes,
29 esses três, seja do processo em que é pedido a doação para Casa de
30 Apoio Amigos do HU, seja para o outro lote 3 (fl. 3 do Processo
31 3446/2021) que é especificamente o que está no Centro Administrativo
32 Reinaldo Ramon, que totaliza R\$ 4.416,00, ambos estão em condições
33 de serem alienados, seja por meio de doação ou leilão. Essas planilhas
34 refletem pesquisa de preço, empresa que trabalham com estes
35 materiais e a Comissão se pautou em estabelecer um valor mínimo
36 para alienação, esse valor mínimo não é valor de mercado. Valor de
37 mercado é definido pela arrematante, no caso de um leilão, ou pelo
38 donatário, que seria a entidade que receberia estes bens em doação,
39 se for esta a decisão, numa negociação que envolve empresas,
40 entidades, que lidam com esse tipo de material e dada a diversidade de
41 material que tem estocado muita coisa se aproveita também. Dra.
42 Cristina (PJU/HU) - reitera o que colocou em seu parecer jurídico, a

1 comissão fez um trabalho muito minucioso, bem feito, foi vencida essa
2 etapa de montagem do processo para liberação para alienação dos
3 bens e abordamos a possibilidade de que fossem doados os bens que
4 estão no IBC, por conta da urgência e isso não significa que a alienação
5 por doação não possa ocorrer com os bens, teríamos que ver a
6 motivação adicional pela possibilidade de haver um ente ou vários
7 entes que pretendam receber esses bens em doação. Para quem tiver
8 curiosidade, no próprio site do TCE, constam várias relações de bens
9 doados, é um procedimento regular, não consiste em nenhum tipo de
10 renúncia de arrecadação ou receita. Com relação ao Processo
11 3446/2021, começou com intenção de leilão, no caso do HU,
12 entendemos que não daria tempo de fazer até porque mesmo que em
13 alguns lotes conseguíssemos a arrematação de alguém, poderiam ficar
14 outros lotes e problema persistiria, portanto, foi sugerido que fizesse a
15 doação para alguma entidade, no caso a Associação dos Voluntários
16 se manifestou e foi feita a instrução no Processo 5464/2022. Eduardo
17 Henri Ronchi - a Associação dos Voluntários do HU, como o Dilson
18 Mafra frisou é uma associação que há mais de 40 anos, presta serviços
19 àqueles familiares e parentes que ficam às vezes 30, 40 dias internados
20 no HU, com serviços de moradia, alimentação, psicólogos e demais
21 serviços que eles oferecem, para que aquela pessoa que está
22 enfrentando um caso difícil possa entender melhor aquela situação. É
23 uma maneira de voltar o próprio recurso para o HU. A Casa está sempre
24 em constantes reformas, sempre ampliando, precisando de móveis,
25 colchões, camas para poder atender mais, porque o HU atende 240
26 municípios. Acrescenta que outro exemplo são os pais, como o HU é
27 um hospital amigo da criança, os pais podem estar presentes junto ao
28 bebê ou a criança, e nesse caso, para eles não ficarem 24 horas por
29 dia no hospital, eles têm um local que é para fazer uma refeição, ter
30 algumas coisas deles, principalmente para famílias carentes que são
31 do interior destes municípios. Tem muito apoio para o paciente e família
32 do paciente. Hoje seria nosso último dia para entrega do imóvel,
33 precisamos pedir um aditivo e vamos acompanhar todo o procedimento
34 de retirada destes bens, para que este prazo seja cumprido. Prof. Décio
35 Sabbatini - agradece ao Dilson, Eduardo e a Dra. Cristina. O prazo dado
36 pelo Ministério da Economia para desocupação dos barracões do IBC
37 seria hoje, nos antecipamos e pedimos uma dilação de prazo,
38 justamente para que caso seja aprovado neste Conselho, dê tempo
39 para que essa associação do HU possa fazer a retirada desses
40 inservíveis do local. Não sabe o que o Ministério da Economia vai
41 responder porque deram inicialmente 6 meses, depois pedimos mais 6
42 meses de prorrogação e seria hoje a desocupação final. Em função da

1 dificuldade de organização do processo, separação dos lotes foi um
2 trabalho gigantesco dessa comissão e parabeniza todas as pessoas
3 envolvidas na organização destes lotes para que pudéssemos estar
4 discutindo hoje essa questão. Davi Miranda - parabeniza pelo trabalho
5 realizado. Questiona se não houve interesse do HU pelos materiais.
6 Eduardo Ronchi - o HU não se manifestou, não sabe se encaixa nesse
7 tipo de doação, pensamos apenas na Casa de Apoio, houve interesse
8 e o diretor fez o pedido formal. Em regime de votação. Favoráveis
9 acerca da doação de sucatas de bens e materiais diversos inservíveis,
10 do Hospital Universitário, para a Casa de Apoio Amigos do HU.
11 **Aprovado por unanimidade.** Favoráveis acerca da alienação de
12 materiais inservíveis da UEL, armazenados no prédio do SAUEL.
13 **Aprovado por unanimidade.** Profa. Izangela - parabeniza ao Dilson
14 Mafrá pelo excelente trabalho. Dilson Mafrá - agradece a toda equipe
15 do HU, o pessoal do patrimônio, professora Izangela, professor Azenil
16 e a todos vocês membros do Conselho. **Item 13 - Processo 7573/2017**
17 **– VICE-REITORIA – apreciar o instrumento de avaliação de**
18 **docentes efetivos.** (Relator: Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa). Prof.
19 Décio Sabbatini - apresenta resumo do relatório final, estabelecido na
20 gestão passada, da avaliação de docente efetivo. A motivação legal
21 partiu do Conselho Universitário, pela Portaria nº 1543/2017, à época,
22 nomearam representantes da PROGRAD, PROPLAN, PRORH,
23 Câmara Graduação, Pesquisa, Extensão e SINDIPROL/ADUEL. O
24 princípio da motivação impõe à Administração Pública, a
25 obrigatoriedade de fundamentar o ato praticado, bem como o dever de
26 indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinaram a
27 decisão do ato. Então, tivemos a motivação e agora temos que fazer a
28 fundamentação legal. Brevemente a fundamentação, ela nos remete a
29 Constituição Federal que fala da autonomia universitária, de Leis
30 Estaduais que prevê a apuração de desempenho do servidor mediante
31 sistema de avaliação de desempenho funcional e uma outra Lei
32 Estadual específica que trata do desenvolvimento docente na carreira
33 mediante avaliação desempenho, além disso, temos do nosso
34 Regimento Geral e do nosso Estatuto, além da lei do TIDE, a
35 necessidade da contemplação de um processo de avaliação docente.
36 Não podemos avaliar um professor universitário apenas como
37 pesquisador, extensionista, administrador ou unicamente pelo fato de
38 ministrar aulas teóricas e práticas, temos que avaliar como um todo,
39 global, além disso, a Avaliação Docente é prevista nas diretrizes do
40 Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e foram
41 adotadas pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR),
42 também nossa própria Comissão de Avaliação (CPA-UEL), quando fez

1 um relatório final apontou como uma das fragilidades a ausência de
2 processos institucionalizados de avaliação de desempenho docente.
3 No processo de renovação de reconhecimento institucional, com visita
4 *in loco*, essa comissão concluiu que é importante que seja normalizado
5 o processo unificado de avaliação de desempenho docente e implantar
6 políticas com vistas à: Normatização do processo unificado de
7 avaliação de desempenho docente para as respectivas ascensões de
8 níveis de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Diante de todas
9 estas considerações temos a necessidade de implementarmos uma
10 avaliação institucional, como hoje já ocorre com os outros cargos da
11 UEL, como os docentes em estágio probatório e técnicos-
12 administrativos. Apresenta uma breve cronologia, 17/04/2017 - instituiu
13 a Portaria 1543, estabelecida pela Profa. Berenice Jordão e Prof.
14 Ludoviko Carnasciali, que institui a primeira formatação do grupo para
15 elaborar uma proposta de avaliação para o docente em estágio
16 probatório e, depois, no estágio efetivo. E nesta gestão foram emitidas
17 as Portarias 1541/2019, 2698/2019, 1427/2020, 1707/2020 e
18 1202/2022, porque houve mudanças na formatação do grupo,
19 felizmente houve pessoas que continuaram como memória desde o
20 início, Ely Siqueira, Profa. Elisa Tanaka, José Luiz da PRORH e o Prof.
21 Henrique de Santanna. No dia 1º de março de 2019, na 713ª reunião
22 do Conselho Universitário, foi aprovado o instrumento para avaliação
23 de docentes em estágio probatório e, na sequência, tivemos o início
24 dos trabalhos para elaboração do instrumento do professor efetivo.
25 Para tanto, foram 45 reuniões presenciais (antes da pandemia), 39
26 virtuais e 01 presencial pós pandemia, então trabalhamos a elaboração
27 destes instrumentos ao longo de várias reuniões. Em agosto de 2021,
28 foi realizada uma reunião virtual com os Diretores de Centros de
29 Estudos, para explicar esse processo de avaliação dos docentes
30 efetivos. Os próprios Diretores de Centro solicitaram a realização de um
31 pré-teste, então, isso ficou acordado que a comissão que estava
32 elaborando este instrumento fizesse este pré-teste e assim foi feito. No
33 dia 09/09/2021 foram enviados os arquivos com instruções de
34 preenchimento para o pré-teste. Recebemos de volta 105 planilhas
35 respondidas, além de sugestões, dúvidas e críticas. Alterações nos
36 pesos das pontuações foram feitas de acordo com as sugestões dos
37 Centros de Estudos. Basicamente tem o instrumento em si e seus
38 anexos que são oito, termo de Ciência do professor, formulário de
39 avaliação do item relações interpessoais, formulário de avaliação do
40 item assiduidade, formulário de avaliação do item disciplina, formulário
41 de avaliação do item eficiência, formulário de avaliação do item
42 unidades curriculares (disciplinas) - discentes, formulário de avaliação

1 do item de eficiência - autoavaliação - professor e formulário de
2 consolidação da avaliação de desempenho. Apresenta um quadro das
3 dimensões em que o professor será avaliado nos respectivos anexos,
4 antes do pré-teste todas essas dimensões tinham a mesma
5 porcentagem, em função da avaliação de cada um destes itens, por
6 exemplo, os anexos II, III e IV pesavam 33%, anexo V que compreende
7 as atividades de ensino e formação de recursos humanos 33% os
8 anexos VI e VII também 33%. Recebemos como sugestão ponderações
9 para ajustarmos essas pontuações, afinal, essas atividades de ensino,
10 pesquisa, extensão, produção intelectual e gestão, precisam ter um
11 peso diferenciado. E ficou 20% para avaliação pessoal, assiduidade e
12 disciplina, 60% para atividades de ensino e formação de recursos
13 humanos e 20% para avaliação do aluno e autoavaliação, então,
14 otimizamos estes instrumentos e entendemos que ficou valorizado de
15 maneira mais justa, aquilo que o professor produz dentro de uma
16 universidade. Prof. Leandro Altimari – este processo teve início há cinco
17 anos, foi um percurso longo e de ampla discussão, foi oportunizado a
18 todos no tempo transcorrido, nas diferentes instâncias e em
19 determinados momentos com participação de sindicatos,
20 representantes. De fato, podemos dizer que este instrumento foi
21 construído pela mão de todos, embora estivéssemos à frente, entrando
22 algumas pessoas e saindo outras, mas a filosofia e perspectiva de
23 criação do instrumento se manteve e tem por base uma premissa
24 extremamente importante, além de estabelecer um parâmetro que
25 permite a universidade se resguardar dos órgãos de controle, na
26 prática, vamos evitar muitos questionamentos, mas acima de tudo, este
27 documento traz a possibilidade de não apenas termos indicadores de
28 qualidade, mas de aprimorar aquelas áreas, deficiências que temos.
29 Deixa registrado o reconhecimento ao trabalho de toda equipe por ao
30 final desse processo apresentar um instrumento tão robusto.
31 Desconhece instrumentos como este, nas instituições do Estado. Não
32 podemos nos esquecer que esta é uma parte do processo, uma já foi
33 iniciada e finalizada que compõe a parte inicial da avaliação probatória.
34 Não tem como, um desvincular do outro, é parte integrante de uma
35 avaliação continuada. A instituição ganha, A CPA que é um órgão tão
36 importante e sempre trabalhou por algo que desse suporte para que
37 pudessem desenvolver o trabalho, a PROPLAN que vai ter agora
38 indicadores para subsidiar os relatórios junto aos órgãos de fomento,
39 principalmente aos órgão nacionais de avaliação. Prof. Paulo Meletti -
40 parabeniza pelo trabalho realizado pela comissão, concorda com o que
41 o Prof. Leandro disse com relação a importância deste instrumento, foi
42 um instrumento feito a várias mãos, por uma comissão, mas

1 amplamente disponibilizado para discussão nas bases, departamentos,
2 centros, e, nesse sentido, traz uma dúvida, há aproximadamente um
3 mês foi enviado uns apontamentos, advindos do teste da simulação e
4 tem dois pontos que estão no documento, itens F e H, salvo engano,
5 um diz que a comissão reviu a pontuação para co-orientação de
6 estudante de mestrado e doutorado, participação em banca
7 examinadora etc, e depois no item H, que a comissão entendeu ser
8 necessária a revisão dos pesos no instrumento, conforme apresentado
9 aqui, ficou pensando se as pessoas que foram consultadas, mais de
10 uma vez, se não gostariam de saber quantitativamente, o quanto isso
11 mudou, porque são dois itens que falam de questões quantitativas,
12 reviu a pontuação e entendeu ser necessária a revisão dos pesos. Uma
13 vez aprovado isso, sabendo que essa revisão foi feita, as pessoas não
14 gostariam de saber de antemão como ficaram estes pesos? É mais uma
15 dúvida do que uma exigência que devemos considerar. Também tem
16 uma dúvida quanto a isso, na tabela, os últimos 20% da avaliação do
17 aluno, aparece disciplina, e dentro do 60% tem atividade de graduação
18 e fica pensando se dentro da atividade de graduação tem algum
19 percentual de avaliação do aluno, porque nos últimos 20% em que
20 aparece disciplina parece que está mais relacionado a avaliação do
21 aluno, com relação à disciplina do professor e não necessariamente a
22 qualidade do trabalho dele. O quanto que tem daquele instrumento de
23 avaliação que é feito pelo aluno dentro dos 60% e dos últimos 20%?
24 Prof. Edmarlon Giroto - primeiro parabeniza a comissão como um todo,
25 foi um trabalho insano. Com relação a este questionamento é uma
26 denominação que gera certa confusão, mas é um padrão que surgiu na
27 época da avaliação do estágio probatório, por isso, mantivemos esse
28 padrão de composição de dimensão de avaliação. Os últimos 20% têm
29 dois itens, a autoavaliação e o que é chamado de disciplina são critérios
30 mais sobre a avaliação do estudante. No item central que tem o maior
31 peso, são atividades de ensino e formação de recursos humanos, é
32 algo mais objetivo e quantitativo, onde você vai pontuar as suas
33 atividades, relacionadas a vários aspectos da formação de recursos
34 humanos, como por exemplo, orientações ou ministrar aulas,
35 supervisionar estágio, tem também relacionado a atividades de
36 residência, entre outros. Prof. Paulo Meletti – então, nos últimos 20%,
37 estão os aspectos mais qualitativos e nos 60% os quantitativos, ou seja
38 a qualidade da aula que o professor ministra, apenas está circunscrito
39 aqueles últimos 20%. Prof. Edmarlon Giroto - basicamente isso, tanto
40 de autoavaliação que demos um peso a menos, porque consideramos
41 que a autoavaliação não precisa ter o peso exatamente igual ao da
42 avaliação do principal beneficiário da aula, que é o estudante. Essa

1 mesma avaliação feita pelo estudante tem um peso um pouco maior,
2 do que a própria autoavaliação. Prof. Paulo Meletti - nesse ponto
3 concorda plenamente, só fica em dúvida se a qualidade da aula do
4 professor, se não deveria ter um peso um pouco maior, porque lá em
5 cima, atividade de graduação, vai acabar ficando um aspecto muito
6 quantitativo de fato. Prof. Edmarlon Giroto - na verdade, o peso de 20%
7 no total, mas salvo engano, a avaliação do aluno dá em torno 13%,
8 então, se ponderarmos as outras atividades, aqueles 60% que são 4
9 itens, pesquisa, extensão, formação de recursos humanos, ensino e
10 gestão, o peso para se avaliar não vai ser tão discrepante, em relação
11 à formação de recursos humanos e atividade de ensino e a avaliação
12 feita pelo estudante. O peso do estudante no total 13%, mas é um peso
13 interessante, considerando que temos 8 ou 9 itens que são avaliados,
14 então está muito próximo dos itens de ensino, pesquisa e extensão e
15 acima dos outros itens que é a autoavaliação, a questão inicial se tem
16 processos administrativos, se chega na hora e outros aspectos e
17 também a parte de gestão. Prof. Décio Sabbatini - este instrumento de
18 avaliação, não é algo estático. É uma proposta dinâmica, pode ser
19 aperfeiçoada ao longo do tempo. Já foi aperfeiçoada com esta
20 contribuição que foi dada, em função do pré-teste. Quando
21 começarmos a fazer a aplicação deste instrumento, se percebermos
22 que precisa de algum ajuste poderá ser feito, tranquilamente. Então,
23 essa expectativa que os colegas tiveram se a proposta que deram foi
24 ou não aceita, eles vão perceber. Profa. Viviane Bagio - parabeniza por
25 todo trabalho realizado pela comissão, sabemos o quanto é trabalhar
26 com avaliação e pensar em avaliação, não é uma tarefa fácil e o piloto
27 é sempre importante no uso do instrumento, os ajustes vão aparecer.
28 Sugere que no anexo VII (fl. 43), instrumento de autoavaliação, seria
29 mais condizente que ele acompanhasse a mesma redação dos outros
30 itens, tem uma oscilação na forma como foi apresentado. É importante
31 que quando for preencher o formulário, seja feita uma leitura do “eu
32 mesmo”, então, os verbos precisam estar na primeira pessoa, como
33 vocês começaram, tem alguns itens que não estão em primeira pessoa,
34 assim, sugere a padronização, faz diferença quando lê pensando no
35 outro e quando pensa em si. Prof. Décio Sabbatini - agradece a
36 observação e na sexta-feira quando o processo for apresentado ao
37 Conselho Universitário, com certeza a senhora fará novamente essa
38 observação e vamos anotar e, se for o caso, melhoramos essa redação.
39 Profa. Sarah Hegeto - não estamos aprovando, somente apreciando?
40 Prof. Décio Sabbatini - sim, aqui somente apreciação. A aprovação é
41 do Conselho Universitário, na sexta-feira. Profa. Sarah Hegeto -
42 acompanhou o trabalho do Prof. Edmarlon Giroto e da Profa. Elisa

1 Tanaka, sabe o quanto foi hercúleo esse trabalho. Vocês fizeram todo
 2 um arrazoado respondendo algumas dúvidas e questões que foram
 3 levantadas quando vocês coletaram a opinião dos Centros, ficou muito
 4 legal aquele arrazoado e na hora que fomos formular o feedback,
 5 percebeu no documento a presença de várias perguntas que o CCS
 6 havia encaminhado, e respondidas naquele resumo que precede a
 7 última versão, agradece porque sentiu-se contemplada em várias
 8 coisas que o Centro propôs e no que não foi acatado e o porquê não
 9 foi. Acha que temos que dar esse retorno para as pessoas. Vocês
 10 explicaram que em algumas áreas a assistência está intrínseca ao
 11 processo ensino-aprendizagem, como atividades laboratoriais,
 12 testagem, programação, não envolvem diretamente outros seres
 13 humanos, mas têm a mesma importância. Vocês continuam
 14 entendendo a assistência dentro do Ensino. Profa. Elisa Emi Tanaka -
 15 fizemos o pré-teste para nós mesmos, então também vivenciamos essa
 16 atividade, a atividade da assistência e fizemos estes exercícios para
 17 fazer a análise destes itens, se estávamos sendo coerentes ou não.
 18 Depois de inúmeras reuniões a conclusão foi essa que o professor
 19 Décio apresentou, a assistência está contemplada nos itens, quando
 20 consideramos carga horária das atividades. Fizemos este teste,
 21 estando ou não na gestão no desenvolvimento das nossas atividades,
 22 qual seria nosso desempenho nesta avaliação. Está plenamente
 23 contemplado, então, para sermos justo com nossa universidade, com
 24 esta diversidade que existe em todos os Centros, que o instrumento
 25 permanecesse dessa forma. Profa. Maria Elisa Cestari - sobre a
 26 questão de ser longo, também tinha tido essa impressão, mas na hora
 27 de fazer o pré-teste, viu que é bem rápido porque todos os docentes
 28 acabam tendo pontuação em todos, mas tem uma parte que você tem
 29 mais ação, que é a parte que requer um pouco mais de tempo. Ele é
 30 bem intuitivo e ficou bem fácil e a ATI vai facilitar mais ainda. Profa.
 31 Sarah Hegeto - uma coisa que ficou muito boa é que só entrará em
 32 vigor após a ATI disponibilizar, isso também era algo que o pessoal
 33 falava bastante. Prof. Décio Sabbatini - justamente, isso está muito
 34 claro para nós, para que dê agilidade no preenchimento desse
 35 formulário. Quando tiver informatizado e dentro do sistema, aí sim ele
 36 será aplicado. Não houve informes. Nada mais havendo para tratar, o
 37 Reitor Prof. Sérgio Carlos de Carvalho agradeceu a presença de todos
 38 e encerrou a reunião e eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária “ad-hoc”,
 39 lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos
 40 membros do Conselho presentes na reunião.

41

42 Sérgio Carlos de Carvalho

1	Reitor	
2		
3	Décio Sabbatini Barbosa	
4	Vice-Reitor	
5		
6	Viviane Bagio Furtoso	
7	Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas	
8		
9	Paulo Cesar da Meletti	
10	Diretor do Centro de Ciências Biológicas	
11		
12	Silvano Cesar da Costa	
13	Diretor do Centro de Ciências Exatas	
14		
15	Tânia Lobo Muniz	
16	Diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados	
17		
18	Sarah Nancy Deggau H. De Souza	
19	Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde	
20		
21	Rogério Zanetti Gomes	
22	Vice-Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes	
23		
24	José Roberto Pinto de Souza	
25	Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias	
26		
27	Aron Lopes Petrucci	
28	Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
29		
30	Leandro Ricardo Altimari	
31	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
32		
33	Davi Miranda	
34	Representante dos servidores técnicos administrativo	
35		
36	Paulo Liboni	
37	Representando a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade	
38		
39	Maria Elisa Cestari	
40	Representando a Pró-Reitoria de Graduação	
41		
42	Amauri Alcindo Alfieri	

1 Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

2

3 Azenil Staviski

4 Pró-Reitor de Administração e Finanças

5

6 Ely Ferreira

7 Representando a Pró-Reitoria de Recursos Humanos

8

9

10

11

12 **CONVIDADOS**

13

14

15 Izângela Sansoni T. Oliveira

16 Diretora do Sebec

17

18 Edmarlon Giroto

19 Diretor da Farmácia

20

21 Gilson Jacob Bergoc

22 Prefeitura do Campus